

Roupa para dormir? A camisa em Portugal entre os finais da Idade Média e inícios da Época Moderna

Sleeping Attire? The Shirt in Portugal from the Late Middle Ages to the Beginnings of the Early Modern Period

Joana Sequeira
Universidade do Minho
Lab2PT/IN2PAST
<https://orcid.org/0000-0001-6112-5761>
sequeira.joana@gmail.com

Recibido: 17/01/2023; Revisado: 12/05/2023; Aceptado: 22/05/2023

Resumo

Este artigo explora as características e os contextos de utilização da camisa em Portugal entre os finais do século XIV e inícios do século XVI. Discute-se a utilização da camisa enquanto roupa de dormir e exploram-se as suas relações com o corpo e a nudez. Analisam-se também os formatos e os materiais, de acordo com os diferentes estatutos sociais de quem as vestia e na relação com o contexto social português da época.

Palavras-chave: Vestuário, mourisco, corpo, têxtil, alfaiate.

Abstract

This article explores the characteristics and contexts for use of the shirt in Portugal between the end of the 14th century and beginnings of the 15th century. The shirt's use as nightwear is discussed, as well as its relationship with the body and nudity. Formats and materials for the shirt are also analysed through the lens of the different social statuses of the wearers, and with regard to the more general social context of Portugal and the Portuguese at that time.

Keywords: Dress, Moorish, Body, Textile, Tailor.

1. INTRODUÇÃO¹

Neste artigo, exploram-se as características e os contextos de utilização da camisa em Portugal entre os finais do século XIV e inícios do século XVI, concedendo-se especial relevância às descrições do seu uso no espaço doméstico reservado ao sono. A utilização de vestuário específico para dormir é um fenómeno bastante recente. Parte-se, assim, da hipótese de que durante os tempos medievais e modernos, as pessoas, quando não se deitavam totalmente despidas, dormiam com a roupa íntima que vestiam durante o dia: a camisa. Pretende-se ainda, com esta investigação, perceber as relações estabelecidas entre a camisa, o corpo, a nudez e a intimidade. De igual modo, a análise das características materiais da camisa permitirá demonstrar a evolução das suas formas ao longo do período em estudo e relacionar essas mesmas características com os diferentes estatutos sociais dos seus portadores e com o contexto social português da época.

2. METODOLOGIA E FONTES

A historiografia mais recente sobre o vestuário tem-se centrado menos sobre os aspetos estéticos e mais sobre a sua função social e comunicativa, dando maior destaque à relação emocional que o portador estabelece com a roupa que veste, que deseja e que adquire (BLANC, 1989: 7-33; SERRANO-NIZA, ed., 2019: 9-14; MUZZARELLI, 1999: 7-20; GARCÍA MARSILLA, 2017). A investigação que aqui se apresenta valoriza as referências à camisa em diferentes contextos precisamente com o intuito de explorar as várias facetas que lhe estão associadas: modos de utilização, gosto, relações com a sociedade, a moral e a religião, a terminologia e as características técnicas.

Pelo facto de serem peças íntimas, as camisas não são muito referenciadas na documentação. No caso dos testamentos, por exemplo, raramente surgem mencionadas. (FERREIRA, 1997: 52-53; SEQUEIRA, 2014a: 355-356). Assim, no âmbito da investigação aqui apresentada, procurou-se reunir um conjunto amplo e diversificado de referências esparsas a camisa(s), que potenciasse o cruzamento de fontes de natureza distinta, nomeadamente relatos, cartas, inventários de bens, registos de doações, textos literários, cartas de perdão, tabelas de preços, registos de despesas, entre outras.

3. A CAMISA COMO PEÇA ÍNTIMA E COMO ROUPA DE DORMIR

O vestuário medieval e moderno obedece a uma estrutura de camadas: vestes interiores, vestes e sobrevestes. A camisa constitui-se como a primeira dessas

¹ Joana Sequeira é Investigadora Auxiliar com contrato financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. 2020.02528.CEECIND).

camadas, vestida junto à pele, sendo a peça de roupa interior por excelência, usada tanto por homens como por mulheres (MARQUES, 1987: 85). Consistia essencialmente numa túnica larga, com mangas curtas ou compridas, que podia descer apenas até às ancas, mas que geralmente era mais comprida, chegando ao nível dos joelhos ou dos calcanhares (DAVIDSON, 2012: 510; PINTO, 2020: 530). Envergar apenas camisa era uma forma de estar que se reservava aos aposentos mais privados, mais propriamente à cama. No entanto, em tempos medievais parece ter sido prática comum dormir completamente despido (PIPONNIER e MANNE, 2007: 99; MARQUES, 1987: 35). A «conotação da nudez na sociedade medieval como um todo parece ter sido bastante menos negativa do que haveria de se tornar em tempos modernos» (PIPONNIER e MANNE, 2007: 99).² De facto, em alguns dos testemunhos que puderam ser recolhidos para os séculos XV e XVI, fica evidente que homens e mulheres dormiam vestidos, com camisa, e que a aparição pública nesses trajes se assemelhava a um ato de nudez. Vejamos. Numa carta enviada ao rei Manuel I (r. 1495-1521), em 1499, o fidalgo João de Sousa queixa-se de várias injustiças de que vinha sendo alvo e relata o ataque, perpetrado de madrugada, a um dos moços que trabalhava para o seu filho:

Domingo xv dias deste mes (...) e sobre isso bradou o moço dizendo que me disessem que o levavom a cadea e lhe tomavom a capa e tocha e a estes brados saírom homens meus em camisa da cama onde jaziom dizendo lhe que leixassem o moço que era de meu filho e que estava esperando por elle (...)³

Conforme fica demonstrado no excerto apresentado, os homens que acudiram o moço saíram diretamente das camas onde estavam deitados «em camisa», o que atesta que essa era a roupa que de facto envergavam durante o sono. Uma vez despidas as outras camadas de roupa, homens e mulheres deitavam-se com as camisas que haviam usado durante o dia e que assim funcionavam também como roupa para dormir. Esta peça de vestuário estabelecia a fronteira do espaço privado, razão pela qual a sua exibição pública prefigurava um ato de «nudez social» (DAVIDSON, 2012: 510), sobretudo no caso das mulheres. De facto, uma forma de castigar prevaricadores consistia em açoitá-los em camisa, conjugando assim o castigo físico com um ato de humilhação. No foral dos Galos de Atouguia, de 1202, determinava-se que uma mulher vergonhosa que desonrasse uma mulher honesta de forma vil fosse castigada com cinco vergastadas em camisa.⁴

Uma inquirição devassa de inícios do século XVI mostra-nos como, de facto, a exibição pública de uma mulher em camisa constituía uma humilhação. Maria Luís, mulher solteira, de Santo Tirso, foi levada presa, de noite, por homens do meirinho do Duque de Bragança, numa ação marcada por bastante violência. De

2 Minha tradução.

3 Carta de João de Sousa de 1499. Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Fragmentos*, cx. 1, mc. 2, nº 8. A autora agradece a indicação deste documento, bem como a de vários outros citados ao longo deste artigo, ao Dr. Pedro Pinto (IEM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa e CEH, Universidade Nova de Lisboa).

4 «Mulier turpis que honestam mulierem viliter deonestaverit sine causa quinque verbera recipiat in camisa sua» (Foral dos Galos de Atouguia, transcrito e publicado em REIS, ed., 2019: 208).

forma a averiguar o sucedido, os juízes do Porto executaram uma inquirição-devassa e várias testemunhas da ocorrência foram entrevistadas. Vejamos os relatos de duas dessas testemunhas:

Preguntada ella testemunha se sabia quando levavam a dicta presa se lhe davom pancadas os que a asy levavom presa ou se movera disse ella testemunha (...) que também levarom a dicta presa e a tomarom em camisa em sua casa e a levarom asy nua (...)

Elle testemunha ouvira dizer geralmente per todo o couto de Santo Tirso que de noite a meia noite (...) vierom prender a dicta Maria Luís presa e que a levarom despida em camisa (...) ⁵

Ambos os relatos associam a aparição em camisa à nudez («levaram asy nua»; «levarom despida»). De resto, os inquiridores insistem em perguntar às testemunhas sobre o facto de Maria Luís ter sido levada «despida», revelando assim a gravidade atribuída a tal ação. Apesar de a camisa ser uma peça que cobria praticamente todo o corpo, não era suposto que alguém, sobretudo uma mulher, fosse vista com tal indumentária, porquanto a mesma era reservada ao espaço privado. Não se trata, assim, de uma nudez *stricto sensu*, mas de uma «nudez social», tal como proposto por Hilary Davidson (2012: 510). Como algo íntimo, o corpo não deveria ser despido senão em lugares muito específicos, como explica José Mattoso:

Neste sentido, para a mentalidade medieval, não havia nada de mais íntimo que o corpo. Despi-lo, na vida quotidiana ou em ocasiões especiais, associava-se ao exercício sexual que, obviamente, se escondia onde não podia ser visto: no interior das casas, no meio dos arbustos ou na floresta, longe das habitações (MATTOSO, 2010: 348).

Um outro relato encontrado numa carta de perdão de 1435 mostra-nos também a associação da camisa à nudez e ao ato sexual. Trata-se de um caso de violação de uma mulher que se encontrava doente:

Sabede que Afonso Lourenço servidor do conde de Barcellos meu irmão morador em a dicta villa nos enviou dizer que poderia haver tres e quatro anos que uma Catellina Luis, molher de Joham de Lixboa mercador morador em dicta villa querellara dell dizendo que jazendo ela em sua cama doente a oras de prima e nua em camisa que o dicto Afonso Lourenço entrara a ella onde se jazia e per força e contra a sua vontade dormira com ella e que depois que com ella dormira lhe dera uma firida com hua navalha que trazia pelo rosto e outra na maoo escerda (...) ⁶

Mais uma vez, o testemunho reforça a ideia de que a camisa é a peça de roupa utilizada na cama e que a mulher, apesar de vestida, é considerada nua quando surpreendida nesse estado. A condição de fragilidade da mulher doente é reforçada pelo facto de se encontrar nua, tornando-se assim alvo fácil do atacante.

⁵ Inquirição-devassa de 1514, transcrita e publicada em DUARTE, 1995: 190-208. Veja-se também DUARTE, 1998.

⁶ Carta de perdão régia de 1435, transcrita e publicada em DIAS, ed., 2022: 478.

Saliente-se ainda que, pelo facto de ser a roupa tipicamente usada na cama, a camisa era também a peça de vestuário primordial usada pelos doentes, de ambos os géneros, como se pode inferir dos regimentos dos hospitais do século XVI (PINTO, 2020: 531-532).

Um outro tipo de testemunho que permite classificar a camisa como roupa de dormir é o facto de, nos inventários de bens, este tipo de peça surgir arrolada entre as roupas de cama. Veja-se o exemplo do inventário dos bens de Catarina Loba, viúva de um tabelião do Paço de Lisboa, datado de 1498:

(...) Item huns mantes de linho usados
 Item huns mantes pequenos de linho em que avera hũa vara usados
 Item hum pedaço em que avera duas varas d'estopa novos
 [Fl. 3] Item cimquo camisas usadas delas e dellas velhas da defumta
 Item hũa fronha de traveseiro de pano da terra velho e outra fronha da dicta sorte que sam duas peças
 Item hũa lançol d'estopa velho (...)
 (...) Item duas fronhas d'almoçadas pequenas usadas
 Item duas fronhas de traveseiros hũa de pano da terra rota e outra de pano frances usada
 Item quatro camisas de molher duas rotas e duas usadas
 Item duas varas de pano de linho novo delgado
 Item hũa toalha comprida d'alimpar mãos (...)⁷

Os dois conjuntos de camisas citados, que perfazem um total de nove peças, são listados em conjunto com roupas de cama e de casa, como lençóis, fronhas, mantéis e toalhas e não junto de outras peças de vestuário, como as cotas, as fraldilhas ou os sainhos. Demonstra-se, assim, que a camisa é vista como parte integrante do enxoval doméstico. Note-se ainda a referência ao estado de conservação, que varia entre o usado, velho e roto, revelando uma utilização exaustiva deste tipo de peça de vestuário.

Algumas partes da camisa, como as mangas e as golas, podiam ser visíveis em contexto social, e, a partir de meados do século XV, assiste-se a um maior desenvolvimento da decoração precisamente com o intuito de mostrar essas partes (MORÁN CABANAS, 2001: 126). As decorações atingem tais níveis que acabam por chocar alguns contemporâneos, como o confessor da rainha Isabel, a Católica, Fernando de Talavera (1428-1507), que se insurge contra o uso de camisões masculinos muito trabalhados, relembrando que tal ia contra o propósito original da camisa, que, segundo o mesmo, teria sido inventada para se dormir com ela (MORÁN CABANAS, 2001: 128). É possível que, sobretudo nos séculos XV e XVI, nem todas as camisas fossem usadas para dormir, sobretudo aquelas que continham maior número de decorações. A par destas, existiriam, porventura, outras camisas, mais simples, que podiam ser reservadas exclusivamente para o sono, mas a documentação compulsada até ao momento não nos permite estabelecer cabalmente essa distinção.

Não é fácil perceber com que regularidade as pessoas lavariam e trocariam

⁷ Inventário dos bens de Catarina Loba, de 1498, transcrito e publicado em OLAIA e PINTO, 2019: 131-156.

as suas vestes, mas sendo a camisa a peça que se vestia diretamente junto ao corpo, é natural que a mesma fosse lavada e trocada com mais frequência do que as outras roupas. Algumas denúncias da Inquisição, de meados do século XVI, mostram como os praticantes de judaísmo eram facilmente identificáveis, entre outras coisas, pelo facto de vestirem camisas lavadas ao sábado.⁸ Deduz-se, com base nesses testemunhos, que a troca de camisa se faria, pelo menos, uma vez por semana.

4. MATERIAIS E FORMAS DA CAMISA

Os vestígios materiais de camisas em Portugal para esta época são muito raros, exceção feita à camisa atribuída à Princesa Santa Joana (1452-1490). Filha do rei Afonso V, a Infanta Joana ingressou no Convento de Jesus de Aveiro em 1472 e seguiu o estilo de vida monástico até à sua morte (MOTA, 2019: 156). Depois de registados vários milagres associados à sua figura, foi beatificada em 1693 e o seu túmulo foi aberto por diversas vezes desde a sua morte (MOTA, 2019: 157). Dessas aberturas, resultaram várias relíquias, de entre as quais sobreviveram até hoje três peças: um escapulário, uma camisa e um cinto. A camisa, que se apresenta incompleta, tem 1,30 metros de altura por 2,55 metros de largura, estando confeccionada em linho «com corte evasé e decote raso, totalmente aberta na parte posterior, fechando com atilhos» (MOTA, 2019: 162). Embora os estudos feitos até ao momento não tenham permitido aferir a cronologia com exatidão, a análise das características da peça feita por Maria João Mota assume como verosímil tratar-se de um testemunho do século XV (2019: 165). A altura parece corresponder ao já referido comprimento até aos calcanhares e a largura generosa indicia a fluidez da peça. Características que fazem todo o sentido, se considerarmos o facto de a princesa ter sido sepultada com hábito monástico. A simplicidade da veste, que não apresenta quaisquer decorações, reforça este sentido.

A camisa atribuída à Princesa Santa Joana é feita de linho e, geralmente, optava-se pela utilização de fibras têxteis vegetais (linho ou algodão) na confeção deste tipo de peça de vestuário, pelo facto de serem mais facilmente laváveis (DAVIDSON, 2012: 510). Não obstante, encontram-se camisas feitas de outros materiais, nomeadamente seda, sobretudo nos inventários de bens de membros da família real, como mais adiante veremos. O material da peça era também revelador da categoria social de quem a vestia. As autorizações de doações de roupa que o rei João II (r. 1481-95) atribuiu a várias personagens da sua Corte ao longo do ano de 1493 permitem-nos perceber melhor a associação dos materiais às diferentes categorias sociais (ver Tabelas 1, 2 e 3).⁹ Assim, aos vários escravos e negros, são atribuídas camisas de estopa, de linho e de pano da terra (Tabela 1).

⁸ Denúncias da Inquisição de 1537-1543, transcritas e publicadas em BAIÃO, 1908: 83, 88.

⁹ Algumas análises parciais a este documento foram já realizadas em trabalho anterior: SEQUEIRA, 2014b: 185-279.

TABELA 1
Doações de camisas feitas pelo rei João II a escravos da sua Corte, 1493

Personagens	N.º de camisas (a cada pessoa)
Escravo (João Primeiro)	2 camisas de pano de linho
19 Escravos da estrebaria	3 camisas de estopa
Negro (Jacome Xindeo)	2 camisas de bretanha
10 Negros «dos mais despostos»	1 camisa
Escravo (João da Mina)	2 camisas de pano da terra
Escrava do Ligitir (Cumba Negra)	2 camisas de pano de estopa
3 negros de Dom Pero	2 camisas de pano da terra
8 negros a cargo de Álvaro da Guarda	2 camisas de estopa
2 Negras	2 camisas
8 negros	2 camisas de estopa
Certas escravas	2 camisas de pano da terra ou estopa
4 filhos das escravas	2 camisas de estopa
2 filhas das escravas	2 camisas de pano da terra ou estopa
4 negros que tem Digo de Lapenha	2 camisas de estopa
Negro que serve no Tesouro (João Rodrigues)	2 camisas de pano de linho de bretanha
5 negros (João de Santa Maria, Caravelinha, João Gonçalves, Simão, D. Francisco)	2 camisas de pano de linho da terra
Negro que serve no Tesouro (Fernão da Vila)	2 camisas de pano de linho da terra

Fonte: Alvarás de vestimenta de 1493, transcritos e publicados em RIBEIRO, 1811: 306-318.

A estopa é feita com a fibra mais grossa do linho, que resulta da assedagem no sedeiro (SEQUEIRA, 2014b: 212). Pano da terra é um termo genérico, que tanto pode designar um tecido de lã como um tecido de linho, mas que remete para a ideia de produção local/nacional (SEQUEIRA, 2014b: 187). Saliente-se, que mesmo entre os escravos há uma certa hierarquia. Alguns daqueles que surgem designados,

nos registos, com o nome próprio, como João Primeiro, Jacome Xindeo ou João Rodrigues (que servia no Tesouro) recebem camisas em tecidos de melhor qualidade, nomeadamente linho ou linho da Bretanha, este último importado. Em contraste, alguns conjuntos de escravos indiferenciados, como os 19 escravos da estrebaria, os oito negros a cargo de Álvaro da Guarda ou os quatro negros de Diego de Lapenha, recebem camisas feitas de pano de estopa, o pano mais barato e mais grosseiro, conseqüentemente mais desconfortável de utilizar junto à pele. O número de peças atribuídas é quase sempre de duas, o que é compatível com a troca e lavagem semanal a que já se aludiu. Excetua-se o caso dos escravos da estrebaria, a quem são atribuídas três camisas, o que se pode explicar pelo facto de as suas tarefas implicarem uma maior necessidade de troca de roupa. Aos funcionários e outros servidores da Corte já não se atribuem peças de estopa, mantendo-se, no entanto, a qualidade média/baixa dos tecidos (Tabela 2).

TABELA 2

Doações de camisas feitas pelo rei João II a funcionários e servidores da sua Corte, 1493

Personagens	N.º de camisas (a cada pessoa)
Cuidador dos cavalos do Ligitir (João de Portugal)	2 camisas de pano da terra
Carpinteiro (Heahea, mouro)	2 camisas de pano da terra
Moço da capela (Diogo Guisado)	2 camisas de pano de linho da terra
Guia de Alcácer (Durdúz, mouro)	2 camisas
Varredeiro	2 camisas de pano da terra
João Soares («que enviava a dom Pedro»)	2 camisas de pano da terra
2 Varredeiros (Francisco e Jorge)	4 camisas lenço da terra

Fonte: Alvarás de vestimenta de 1493, transcritos e publicados em RIBEIRO, 1811: 306-318.

Excetua-se o caso de dois varredores, a quem são atribuídas quatro camisas (cada) em lenço da terra. Não obstante ser também um produto local, o lenço é uma variedade mais fina de pano de linho e, portanto, de qualidade superior (SEQUEIRA, 2014b: 227). O contraste maior verifica-se nas camisas atribuídas a personagens nobres, tanto no número de peças, que varia entre as duas e as seis, como no material de que deveriam ser feitas (Tabela 3).

TABELA 3
Doações de camisas feitas pelo rei João III a nobres e escudeiros da sua Corte, 1493

Personagens	N.º de camisas
Dom Pero (embaixador que veio de Manicongo)	4 camisas de meia olanda
Pajem de Dom Jorge (Dom Duarte)	6 camisas de olanda
Pajem de Monsenhor de Leão (João de Binf, moço fidalgo)	2 camisas de olanda
Dom Pero	4 camisas de olanda
Mulher de Dom Pero	4 camisas de pano francês

Fonte: Alvarás de vestimenta de 1493, transcritos e publicados em RIBEIRO, 1811: 306-318.

Aqui, já não há referências a estopa ou a outros tecidos nacionais, mas somente a importados: as famosas *holandas* e o pano francês. Apesar de a produção de linho em Portugal ser bastante expressiva (SEQUEIRA, 2014b: 49-57), importavam-se qualidades de linho mais finas sobretudo da Bretanha, de França, da Irlanda e da Holanda (FERREIRA, 1983: 124). Para termos uma ideia da diferença de valor dos vários tecidos, podemos dizer que uma vara de lenço da Bretanha poderia custar duas a três vezes mais do que uma vara de lenço português e uma vara de lenço da Holanda custava entre quatro a nove vezes mais do que o lenço português.¹⁰

A estes exemplos das doações de João II, podemos juntar os registos de camisas em inventários de membros da família real. Apesar de se encontrar fora do âmbito cronológico deste estudo, vale a pena referir o caso do Inventário e Contas da Casa do rei Dinis (r. 1279-1325), de 1278-82¹¹, no qual são arroladas várias camisas mouriscas: duas com decorações em ouro e duas feitas de *ascaril* (*escari*, em castelhano), um tecido de linho muito fino (MARTÍNEZ MELÉNDEZ, 1989: 399-400). De facto, as modas mouriscas frequentemente cruzavam as linhas da religião, sendo apreciadas por muçulmanos, cristãos e judeus indiferenciadamente (CONSTABLE, 2018). A Corte portuguesa parece ter desenvolvido um crescente gosto por vestes e objetos mouriscos no século XV, o que pode ter sido potenciado pelas conquistas no Norte de África (SA, 2009: 596). O inventário do enxoval da Infanta Beatriz (1430-1506),¹² feito aquando do seu casamento, em 1447, arrola uma camisa grande mourisca, para além de outras três camisas bordadas a ouro e ainda dezoito camisas em lenço da Holanda.¹³ É possível que as camisas em pano da Holanda, mais finas e, aparentemente, sem decoração, fossem utilizadas para o sono, enquanto as outras, mais lavradas, se destinariam a ser usadas durante o

¹⁰ De acordo com as taxas das mercadorias da vila de Piedrahita, em Castela, em meados do século XV, transcritas e publicadas por PAZ REMOLAR, 1973: 360.

¹¹ Publicado e transcrito em FREIRE, 1916: 41-59.

¹² Duquesa de Beja e de Viseu, mãe do rei Manuel I (r. 1495-1521).

¹³ Enxoval da Infanta Beatriz de 1447, transcrito e publicado em SOUSA: 569-574.

dia, fazendo sobressair, por entre as vestes, os seus bordados a ouro nas mangas ou nas golas. Por sua vez, no inventário *post-mortem* do rei Manuel I, de 1522, são registadas 65 camisas, descritas da seguinte forma:

- 1 camisa mourisca de cotonia lavrada de branco com botões e listras de seda, forrada a pano de linho
- 2 camisas mouriscas da Índia lavradas
- 1 camisa mourisca lavrada com abertura e mangas lavradas
- 1 camisa mourisca de cotonia lavrada de branco
- 1 camisa lavrada de branco com bocais abertos nas mangas
- 16 camisas flamengas altas lavradas de branco
- 3 camisas lavradas de ouro
- 1 camisa lavrada de ouro com grãos de aljôfar
- 2 camisas *alimanyscas* lavradas de ouro
- 8 camisas lavradas de branco
- 1 camisa portuguesa lavrada de ouro e de aljôfar no cabeção
- 25 camisas lavradas de branco
- 3 camisas lavradas de ouro, velhas (...) ¹⁴

Trata-se de um conjunto impressionante de peças, não só pelo seu elevado número, mas pelo facto de todas elas, sem exceção, conterem decorações. Várias são lavradas (bordadas?) a branco e outras a ouro e duas integram ainda pérolas (aljôfar). O tipo de tecido base da camisa apenas é mencionado em dois casos, tratando-se de cotonia, um pano de algodão (MARTÍNEZ MELÉNDEZ, 1989: 442-443). Mais interessantes ainda são as classificações das peças: algumas mouriscas, várias flamengas, duas *alimanyscas* (da Alemanha?) e uma portuguesa. Uma das camisas mouriscas é listrada e forrada, conjugando cotonia com tecido de seda e pano de linho e inclui ainda botões. Tratava-se, certamente, de uma peça envergada para ser pelo menos parcialmente visível tal é a sua sofisticação. Sobre duas camisas mouriscas diz-se serem da Índia, não ficando totalmente claro se as peças seriam daí provenientes ou se a origem dizia respeito apenas ao tecido com que eram feitas. Ainda sobre as camisas mouriscas, vale a pena citar uma passagem do inventário *post-mortem* (1507) da já mencionada Infanta Beatriz, no qual se refere uma certa camisa que a Infanta tinha mandado fazer para o seu filho, precisamente o rei Manuel I:

Entregou o dito Luís de'Atouguia a Aldonça soarez, camareyra da Rainha nossa Senhora, hua camisa mourisqua, que a Senhora Ifamte que Deus aja tinha mandada fazer pera el Rey nosso Senhor, a qual era começada de lavar douro e aljôfar em quinze peças e tem quatro varas d'olanda em quatro pedaços - 1 peça - 1 vara.¹⁵

¹⁴ Inventário da Guarda-Roupa de Manuel I, transcrito e publicado em FREIRE, 1904: 318-417.

¹⁵ Inventário *post-mortem* da Infanta Beatriz, de 1507, transcrito e publicado em FREIRE, 1914: 64-110: 67 em especial.

Tratava-se, portanto, de uma camisa mourisca, que receberia labores em ouro e aljôfar e que estava dividida em quatro pedaços (frente, costas e mangas, provavelmente), totalizando quatro varas de *holanda*. Se tomarmos a equivalência da vara a 110 cm,¹⁶ temos um total de 4,40 metros de tecido, o que não é muito, se considerarmos o exemplo da camisa da Infanta Joana. Não obstante, tratando-se de uma camisa de homem, esta poderia ser mais curta, o que diminuía a quantidade de tecido necessário. Sobre as camisas flamengas, pouco se pode adiantar sobre qual seria o seu fator distintivo, embora a menção ao facto de serem «altas» possa remeter para a ideia de um tipo de peça mais comprida, talvez abaixo do joelho. Do mesmo modo, a referência às duas camisas *alimanyscas* pouco ou nada esclarece sobre as suas características particulares. Por fim, a camisa portuguesa surge como caso isolado, tratando-se de uma peça bastante trabalhada, com labores em ouro e com pérolas (aljôfar). Não se percebe, no entanto, o que distinguiria a camisa portuguesa de outras, como as mouriscas, que também eram profusamente trabalhadas. De qualquer modo, a associação toponímica é, em si mesma, reveladora de características distintivas e, como tal, reconhecíveis pelo uso da terminologia específica. No entanto, há que considerar que a referência toponímica pode não corresponder diretamente à origem da peça, mas antes a uma determinada forma de a confeccionar. As ditas camisas portuguesas parecem também ter sido populares fora do reino. No inventário de bens de 1533, do 4º duque de Medina Sidonia, redigido em Osuna (Sevilha), surgem referidas quatro camisas portuguesas, sendo que para uma delas se especifica que era feita de *cambrai*¹⁷ e que estava lavrada com pérolas (aljôfar).¹⁸ Em suma, do conjunto de camisas do Inventário do rei Manuel I, ressalta a grande diversidade de tipologias presente, ficando demonstrado que as mouriscas e portuguesas eram bastante mais decoradas do que as flamengas ou as do tipo alemão. Não sabemos quais destas seriam usadas para dormir, até porque nenhuma delas é totalmente lisa, mas é possível que as de cor branca e menos lavradas fossem usadas na cama. Num relato de 1508, o embaixador dos reis de Castela descreve as conversações que teve com o rei Manuel I na sua câmara e diz que durante as mesmas «estava ya El Rey desnudo pera se acostar».¹⁹ Tratar-se-ia, provavelmente, da já mencionada «nudez social», ou seja, o rei estaria já em camisa, pronto para se deitar.

Ainda sobre as diferentes tipologias de camisas e a correspondente terminologia, vale a pena observar as listas de peças confeccionadas pelos alfaiates. Para isso, será necessário recuar um pouco na cronologia. A lista de preços de alfaiates mais completa no que a camisas diz respeito é relativa à cidade de Évora e data de finais do século XIV (1379).²⁰ Fase à ausência de corporações

16 1 vara=110 cm, segundo BARROCA, 1992: 55.

17 Tecido de linho fino (MARTÍNEZ MELÉNDEZ, 1989: 422).

18 Inventário de bens de Enrique de Guzmán, 4º duque de Medina Sidonia, 1533. Toledo, Archivo Histórico de la Nobleza, OSUNA, C.4, D. 6-7. Agradeço à Professora Ana Aranda Bernal (Universidad Pablo de Olavide, Sevilla) a indicação e fornecimento deste documento.

19 Relatório de Ochoa de Isasaga para os Reis de Castela sobre negociações com o Rei de Portugal sobre Velez Norte de África, de 1508. Zarautz, Archivo Provincial Histórico de los Padres Franciscanos, *Convento de Zarauz, Obras curiosas*, cajón XIV, nº 2.

20 Taxas dos alfaiates de pano de linho e saial (séc. XIV), inseridas nas Posturas da cidade de Évora,

de ofício em Portugal antes do século XVI, a regulação dos ofícios industriais era uma tarefa que cabia, normalmente, aos municípios. Os mesteiros, no entanto, eram frequentemente chamados a participar dos processos de decisão sobre a regulamentação dos seus mesteres, sobretudo nos casos relacionados com a fixação de preços e/ou de salários (MELO, 2013: 149-170). Foi precisamente o que aconteceu no caso de Évora. Dois representantes (*vedores*) dos alfaiates de linho e saial, em conjunto com o juiz e os vereadores da cidade, estabeleceram uma lista dos preços a cobrar pela costura (pelo feitio, portanto) de cada peça de vestuário.²¹ Entre elas, contam-se cinco tipos de camisas e cinco tipos de alcandoras (Tabela 4), com preços de feitio que oscilam entre um e oito soldos. A alcandora (do ár. *quandurah*) era uma túnica interior, usada sob as outras vestes, que poderia ser branca, mas também feita de seda, com riscas coloridas (SERRANO-NIZA, 2022: 231). Tratava-se de um tipo específico de camisa, portanto. Oliveira Marques, com base precisamente nas taxas de alfaiates de Évora do século XIV, afirma que o que parece distinguir a alcandora é a utilização de maior quantidade de pano face à camisa (MARQUES, 1987: 224, nota 26). De facto, as cinco alcandoras referidas no documento (Tabela 4) parecem ser todas bastante rodadas, com quatro a oito nesgas, e não em corte evasé, como o já mencionado exemplo da camisa da Infanta Joana. No entanto, o mesmo documento regista a referência a uma camisa de oito nesgas, que é exatamente a medida da alcandora mais larga. A quantidade de pano utilizado não parece ser, assim, fator distintivo suficiente. As alcandoras tanto podiam ter gorjeiras, isto é, golas que cobriam o pescoço e o decote, como não. Salienta-se a existência de uma tipologia específica para o sexo feminino: a alcandora de mulher pespontada. Tal demonstra-nos que existia já, em finais do século XIV, uma especialização de género em relação a esta peça de vestuário; facto que também se verifica noutras zonas da Península Ibérica (GARCÍA e ALMENAR, 2022: 354). Esta camisa pespontada seria uma peça cosida de modo que a costura ficasse visível, cumprindo assim uma função decorativa. As camisas poderiam ser igualmente mais elaboradas, com pregas ou franzidas, custando quatro soldos por feitio, o segundo preço mais alto da tabela (Tabela 4).

TABELA 4
Taxas dos alfaiates de pano de linho e saial de Évora, finais do século XIV

Tipo de camisa	Preço do feitio (em soldos)
Camisa «rabigalga» (alta/ larga)	1
Camisa de homem de 4 girões	2,5
Alcandora sem gorjeira de 4 nesgas	2,5
Camisa de 8 nesgas	3
Alcandora com gorjeira de 4 nesgas	3

transcritas e publicadas em BARROS, ed., 2018: 50-52.

²¹ Um estudo global sobre os mesteiros nas Posturas de Évora, que inclui um apartado sobre os alfaiates, acha-se em FEIO, 2017. Veja-se, igualmente, FEIO, 2021: 47-49.

Alcandora sem gorjeira de 8 nesgas	3
Alcandora de mulher pespontada	3
Camisa ancha sem pesponto	3
Camisa franzida ou de pregas	4
Alcandora com gorjeira de 8 nesgas	8

Fonte: Taxas dos alfaiates de pano de linho e saial (séc. XIV), inseridas nas Posturas da cidade de Évora, transcritas e publicadas em BARROS (ed.), 2018:50-52.

Estas camisas franzidas deveriam ser alvo de maior prestígio social, o que explica que, nas Cortes de 1451, os Povos tenham apresentado um capítulo ao monarca, acusando os mouros de vestirem seda e roupas caras e solicitando que eles, bem como os judeus, fossem interditos de usar barretes, camisas franzidas, capelos de trufas e pano de seda, para «que se possa conhecer a nobreza de uns e outros pelos vestidos». ²² Não deixa de ser irónico que uma sociedade que constantemente ignorava as barreiras da religião, copiando e integrando as modas mouriscas, seja a mesma sociedade que tenta impedir o Outro de se lhe assemelhar por meio da indumentária. Não fica claro o que distinguiria exatamente uma alcandora de uma camisa, mas uma vez analisadas todas as variáveis possíveis, deduz-se que teriam modelos, isto é, cortes diferentes. A alcandora, pela sua raiz etimológica, poderia ser sinónimo de camisa mourisca, embora tal não possa ser afirmado categoricamente. Seja como for, depois do século XIV as fontes já não registam o primeiro termo, mas tão somente o segundo. A camisa mourisca, como vimos, apresentava ampla decoração e, segundo uma passagem da obra literária *Comédia Eufrosina* (1555), deduz-se que seria ampla, fazendo quase uma forma de balão:

A senhora sua prima [Eufrosina] veyome tomar o recado à porta da antecâmara, e vinha sobraçada com ella, vestida em hua camisa mourisca, que parecia hua nao com as velas metidas (VASCONCELOS, 1786: 94-95).

Conforme pudemos perceber pelos exemplos apresentados, o gosto pelas roupas de feição mourisca regista-se desde muito cedo, nos séculos XIII e XIV, quando ainda existem várias comunidades muçulmanas no reino (Évora era uma delas) e permaneceria durante os séculos XV e XVI, já depois da expulsão de mouros e judeus. Este gosto não se cingia aos membros da família real. Por exemplo, no arrolamento dos bens do castelo de Arguim (em África), que se fez em 1508, contabilizam-se várias dezenas de camisas mouriscas. ²³

Um testemunho interessante sobre confecção de camisas acha-se num registo de despesas da Casa da Guiné, de 1504. ²⁴ Uma alfaiata (Iria Lopes) foi contratada

²² Lisboa, ANTT, *Cortes*, maço 2, nº 15, fl. 4.

²³ Conhecimento de Francisco de Almada, fidalgo da Casa Real e capitão do castelo de Arguim, por que consta ter recebido de Gonçalo da Fonseca, seu antecessor, os bens pertencentes àquele castelo, de 1508, transcrito e publicado em ESTEVES (coord.), 1995: 291-317.

²⁴ Lisboa, ANTT, *Contos do Reino e Casa*, Núcleo Antigo 799 (Receita e despesa de Fernão de Espanha,

para cortar e costurar várias camisas e os preços cobrados variaram de acordo com as decorações. As mais caras (390 reais cada) foram lavradas com retrós carmim e azul nos cabeções e nos bocais das mangas. Por cem reais a peça, cortou e costurou doze camisas com cairel de retrós carmesim, enquanto a confecção de seis camisas simples ficou à razão de 50 reais a peça. Percebe-se, assim que a aplicação de decorações na camisa poderia duplicar ou mesmo sextuplicar o preço do seu feitio, isto sem incluir tecidos ou outros materiais. No mesmo registo de despesa, menciona-se ainda o trabalho que a mesma alfaiata teve em cortar doze camisas de lenço francês que o rei Manuel I enviou aos seus feitores para serem oferecidas ao rei do Benim. Foram utilizadas 28 varas de tecido (2,3 varas por camisa), valores reduzidos que se explicam pelo facto de serem camisas mais pequenas, provavelmente destinadas a crianças.

Para além dos materiais já enunciados, como o linho, o algodão ou a seda, encontra-se ainda referência a um outro tipo de material empregue na camisa num interessante testemunho de 1535. Numa descrição das festas de casamento de Isabel de Bragança (1511-1576) com o Infante Duarte (1515-1540), menciona-se que Isabel envergava «camisa de hua nova invenção de rede de ouro».²⁵ Embora a descrição não seja totalmente esclarecedora, pode avançar-se a hipótese de se tratar de uma peça de malha, isto é, confeccionada em *tricot* ou em algum tipo de renda inespecífico. A técnica do *tricot* existe desde o século XI, mas a sua introdução na Europa foi lenta e mais lenta ainda a sua generalização (POMAR, 2013: 13-15). Existem, na Península Ibérica, algumas peças de luxo confeccionadas em malha datadas dos séculos XIII e XIV, mas é a partir de finais do século XV que se generalizam as referências a peças executadas em *tricot* (POMAR, 2013: 13-17). Assim, apesar de poder não ser propriamente uma novidade no século XVI, a utilização da técnica (*tricot* ou outra), em conjunto com o emprego de fio de ouro e a sua aplicação numa camisa podem ajudar a explicar a estupefação do narrador.

5. CONCLUSÕES

Num tempo em que não se distingue ainda claramente a roupa com a qual se dorme daquela que se veste durante o dia, parece ter ficado evidente que a camisa é a peça de vestuário envergada durante o sono, pelo menos a partir do século XV. Enquanto peça íntima, a camisa torna-se quase indissociável do corpo, pelo que a sua exibição pública constitui um ato de «nudez social» (DAVIDSON, 2012: 510).

A análise de diferentes testemunhos permitiu perceber que existia uma

Tesoureiro da Casa da Guiné), fl. 178v. Agradeço a informação e a cedência da transcrição deste excerto documental aos investigadores Roberto Zaugg, Carlo Taviani e Pedro Pinto, que se encontram a preparar a edição deste livro de receitas e despesas no âmbito do projeto «Early Euro-African Trade: Editing the Account Book of the Casa da Guiné e Mina (1504-1505)», sediado na Universidade de Zurique. (URL: [https://www.hist.uzh.ch/de/fachbereiche/neuzeit/lehrstuehle/zaugg/forschung/Elmina-Account-Book-\(1504-1505\).html](https://www.hist.uzh.ch/de/fachbereiche/neuzeit/lehrstuehle/zaugg/forschung/Elmina-Account-Book-(1504-1505).html))

²⁵ Descrição das festas de casamento de Isabel de Bragança com o Infante Duarte, em 1535. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Coleção Martinho da Fonseca*, D VI, secção 3, E 1, T 3, nº 15.

grande variedade de formatos, tipos de tecido utilizados e outros elementos decorativos, que se refletiam naturalmente numa grande amplitude de preços. Constatou-se, de igual modo, que há uma relação direta entre o tipo de tecido utilizado e o estatuto social de quem enverga a peça. Os tecidos de qualidade mais baixa e de preço inferior eram destinados a escravos e serventes, enquanto tecidos mais finos e importados se reservam a nobres. Verificou-se ainda que o número de camisas que se possui é indicador de estatuto social. O gosto pela indumentária mourisca era extensível às camisas e verifica-se pelo menos desde o século XIII, acentuando-se nos séculos XV e XVI. Tal é demonstrativo do imenso poder dos têxteis enquanto agentes de interculturalidade.

Embora um dos objetivos desta investigação tenha sido demonstrar que as camisas eram utilizadas como roupa de dormir, é inegável que muitas delas, sobretudo aquelas profusamente decoradas, seriam vestidas apenas durante o dia e com o intuito claro de se fazerem notar nos pormenores dessas mesmas decorações. A camisa assumia assim, em finais da Idade Média e da Época Moderna, um duplo propósito: o de uma segunda pele, que escondia e protegia aquilo que não deveria ser visto em público e o de uma espécie de primeira casa, que estabelecia a fronteira entre espaço público e privado e exibia a riqueza e o estatuto social de quem a envergava.

6. REFERÊNCIAS

- BAIÃO, António (1908): «A Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídios para a sua história», *Arquivo Historico Portuguez*, VI: 81-117.
- BARROCA, Mário (1992): «Medidas-padrão medievais portuguesas», *Revista da Faculdade de Letras – História*, 9: 53-86.
- BARROS, Maria Filomena (ed.) (2018): *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora* Publicações do Cidehus, Évora, Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/3296>
- BLANC, Odile (1989): «Historiographie du vêtement : un bilan», in *Le vêtement. Histoire, archéologie et symbolique vestimentaires au Moyen Âge*, Cahiers du Léopard d'Or, Paris : 7-33.
- CONSTABLE, Olivia Remie (2018): *To Live like a Moor: Christian perceptions of Muslim identity in Medieval and Early Modern Spain*, University of Pennsylvania Press, Filadélfia.
- DAVIDSON, Hilary (2012): «Shirt», in GALE OWEN-CROCKER, Elizabeth COATSWORTH e MARIA HAYWARD (eds.), *Encyclopedia of Medieval Dress and Textiles of the British Isles c.450-1450*, Brill, Leiden/Boston: 510-511.
- DIAS, João Alves (ed.) (2022): *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. 3, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- DUARTE, Luís Miguel (1995): *Justiça e criminalidade no Portugal medievo, 1459-1481*, vol. 3 (Apêndice documental), Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- DUARTE, Luís Miguel (1995): «Retalhos da vida de um reino», in Diogo Ramada CURTO (ed.), *O tempo de Vasco da Gama*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa: 305-318.
- ESTEVES, Maria Luísa Oliveira (coord.) (1995): *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. v, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- FEIO, Rodolfo (2017): *Por prole e bom regimento. A cidade e o trabalho nas posturas antigas de Évora*, Dissertação de Mestrado em História, ramo Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FEIO, Rodolfo (2021): «Regulamentação dos mesteres em Évora nos séculos XIV e XV: análise a partir do Livro das Posturas Antigas», *eHumanista: Journal of Iberian Studies*, 49: 46-57. URL:<https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/default/files/sitefiles/ehumanista/volume49/ehum49js.feio.pdf>
- FERREIRA, Ana Maria (1983): *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1997): «Roupas de cama e roupas do corpo nos testamentos de Guimarães: 1250-1300», *Revista da Faculdade de Letras. História*, 14: 33-63.
- FREIRE, Anselmo Braancamp (1904): «Inventário da Guarda-roupa de D. Manuel», *Arquivo Histórico Português*, IX: 318-417.
- FREIRE, Anselmo Braancamp (1914): «Inventário da Infanta D. Beatriz, 1507», *Arquivo Histórico Português*, IX: 64-110.
- FREIRE, Anselmo Braancamp (1916): «Inventário e Contas da Casa de D. Denis (1278-1282)», *Arquivo Histórico Português*, X: 41-59.
- GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente (2017): «La moda no es capricho. Mensajes y funciones del vestido en la Edad Media», *Vínculos de Historia*, 6: 61-88.
- GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente e ALMENAR FERNÁNDEZ, Luís (2022): «Fashion, emulation and social classes in late medieval Valencia. Exploring textile consumption through probate inventories», in Giampero NIGRO, *La moda come motore economico: innovazione di processo e prodotto, nuove strategie commerciali, comportamento dei consumatori / Fashion as an economic engine: process and product innovation, commercial strategies, consumer behavior*, Firenze University Press, Florença: 341-366.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira (1987): *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, Livraria Sá da Costa, 5.ª edição, Lisboa.
- MARTÍNEZ MÉLENDEZ, Maria del Carmen (1989): *Los nombres de tejidos en castellano medieval*, Universidad de Granada, Granada.
- MATTOSO, José (2010): «O corpo, a saúde e a doença», in José MATTOSO, Bernardo Vasconcelos e SOUSA (eds.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Média*, Temas e Debates e Círculo de Leitores, Maia: 348-374.
- MELO, Arnaldo Sousa (2013): «Os mesteirais e o poder concelhio nas cidades medievais portuguesas (séculos XIV e XV)», *Edad Media. Revista de Historia*, 14: 149-170.
- MORÁN CABANAS, Maria Isabel (2001): *Traje, gentileza e poesia. Moda e vestimenta no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, Editorial Estampa, Lisboa.
- MOTA, Maria João (2019): «Tesouros têxteis do cofre relicário da Princesa Santa

- Joana», *Conservar Património*, 31: 155-165.
- MUZZARELLI, Maria Giuseppina (1999): *Guardaroba medievale. Vesti e società dal XIII al XVI secolo*, Il Mulino, Bolonha.
- OLAIA, Inês; PINTO, Pedro (2019): «Inventário dos bens de Catarina Loba (1498)», *Fragmenta Historica*, 7: 131-166.
- PAZ REMOLAR, Ramón (1973): «Tasas de artículos, mercaderías y salarios en el siglo XV», in *Homenaje a Federico Navarro. Miscelánea de Estudios dedicados a su memoria*, Asociación Nacional de Bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos, Madrid: 351-372.
- PINTO, Carla Alferes (2020): «Vestuário, género e doença no regimento de 1505», in Edite MARTINS ALBERTO, Rodrigo BANHA DA SILVA, André TEIXEIRA (eds.), *O Hospital de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa: 529-533.
- PIPONNIER, Françoise; MANE, Pierre (2007): *Dress in the Middle Ages*, Yale University Press, New Haven and London [primeira edição, em francês, de 1975].
- POMAR, Rosa (2013): *Malhas portuguesas. História e prática do tricot em Portugal, com 20 modelos de inspiração tradicional*, Civilização Editora, Porto.
- REIS, António Matos (ed.) (2019): *Portugaliae Monumenta Historica. Nova série. Leges et consuetudines: forais e cartas de povoamento*, IX/1, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.
- RIBEIRO, João Pedro (1811): *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiasticas e civil de Portugal*, vol. II, Academia Real das Sciencias, Lisboa.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2009): «The uses of luxury: Some examples from the Portuguese courts from 1480 to 1580», *Análise Social*, 44/192: 589-604.
- SEQUEIRA, Joana (2014a): «O fim da linha: legados têxteis nos testamentos do clero catedralício português (1280-1325)», in Anísio SARAIVA e Rosário MORUJÃO (eds.), *O clero secular medieval e as suas catedrais. Novas perspectivas e abordagens*, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa: 337-368.
- SEQUEIRA, Joana (2014b): *O Pano da Terra. Produção Têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*, U. Porto Edições, Porto.
- SERRANO-NIZA, Dolores (ed.) (2019): *Vestir la casa. Objetos y emociones en el hogar andalusí y morisco*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- SERRANO-NIZA, Dolores (2022): «Medieval Castilian Garments and their Arabic Names», in Gale OWEN- CROCKER, María BARRIGÓN, Nahum BEN-YEHUDA, Joana SEQUEIRA (eds.), *Textiles of Medieval Iberia: Cloth and Clothing in a Multi-Cultural Context*, Boydell & Brewer, Woodbridge: 207-232.
- SOUSA, António Caetano de (1739): *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, Officina Sylviana da Academia Real, Lisboa.
- VASCONCELOS, Jorge Ferreira (1786): *Comédia Eufrosina*, 3ª edição, Academia Real das Sciencias, Lisboa [1º edição em 1555].

